



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Coordenadoria Geral de Pesquisa – CGP**

*Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga
Cep: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 215-5564 – Fone/Fax (86) 215-5560
E-mail: pesquisa@ufpi.br; pesquisa@ufpi.edu.br*

**CONFIGURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNAÚBA NO ESTADO DO
PIAUÍ**

*Vera Lúcia dos Santos Costa (Bolsista do PIBIQ/CNPq). Jaíra Maria Alcobaça Gomes
(Orientadora, Depto de Economia – UFPI)*

Introdução

A cadeia produtiva da carnaubeira (*copernicia prunifera*) desempenha importante papel socioeconômico para os produtores gerando ocupação e renda. O pó é a matéria-prima para a produção de cera que tem ampla aplicabilidade industrial e a maior parte de sua produção é destinada à exportação. O estudo da cadeia produtiva da carnaúba está baseado nos conceitos de cadeia produtiva de Castro *et al* (1998) e no de extrativismo da Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS, 2008) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, também, no histórico dos produtos extrativos do Piauí tendo por base os estudos Mendes (1995), Queiroz (2006) e do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP) elaborado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2006). Diante disto, indagam-se quais transformações ocorridas na cadeia extrativa da carnaúba no período de 2000 a 2010, objetivou-se configurar a cadeia extrativa da carnaúba, identificando as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste, para garantir a inclusão social dos agentes produtores e a preservação dos carnaubais. Especificamente, objetivou-se identificar as mudanças ocorridas no ambiente produtivo e institucional e identificar os novos usos da cera de carnaúba.

Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico consistiu em coleta de dados secundários sobre o pó de carnaúba, no período de 2000 a 2008, para os Estados do Nordeste e os municípios que se destacam na produção, no sítio do IBGE/PEVS e sobre as exportações de cera, no Sistema Aliceweb, para o período de 2000 a 2009. No sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na Secretaria de Desenvolvimento da Produção – MDIC/SDP foram obtidas informações sobre as políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e sua identificação no estado do Piauí. Fez-se também análise da legislação fiscal e ambiental. E as novas aplicações da cera e pesquisas voltadas para o melhor aproveitamento da carnaubeira.

Resultados e Discussão

Ambiente Produtivo e Organizacional

A quantidade de pó cerífero produzido na região Nordeste, durante o período de 2000 a 2006, cresceu 37,4% e nos anos de 2007 e 2008 houve uma redução, sendo que neste último foi mais significativa chegou a -4,21% em relação a 2006. Este aumento da oferta é observado nos quatro estados produtores, sendo que o Piauí e o Ceará são os que mais produzem. No ano de 2008 os municípios que se destacaram na produção foram: Campo Maior-PI (1339 t), Granja - CE (879 t) e Piri-piri-PI (876 t). O Ceará destaca-se na produção de cera pelo processo artesanal com destaque para os municípios de Russas (650 t), Morada Nova (301 t) e Aracati (260 t). Quanto às exportações de cera do país, o valor exportado (US\$ FOB) também cresceu especialmente no período de 2004 a 2008 e em 2009 o setor sofreu com os efeitos da crise econômica reduzindo o valor em 28,9% em relação ao ano anterior. Durante o período pesquisado, 2000 a 2009, o Ceará lidera no *ranking* das exportações, porém em 2009 o Piauí exportou mais em valor e quantidade, mas isso deve aos efeitos da crise econômica de 2008. As maiores empresas exportadoras são a Brasil Ceras LTDA (PI), Cerapeles LTDA (CE) e Pontes Indústria de Cera LTDA (CE). A Brasil Ceras tem aumentado sua faixa de valor exportado ficando na faixa de 10 a 50 milhões de dólares. Também ficaram nesta faixa, em 2008, a FONCEPI Comercial e Exportadora LTDA, a CERAPELES LTDA e a Carnaúba do Brasil LTDA. Quanto ao ambiente organizacional, o setor extrativista é caracterizado pela desorganização - inexistem associações ou cooperativas – e pelo baixo padrão tecnológico, os avanços introduzidos são o secador solar móvel, um cortador de palha motorizado e uma derriçadeira também motorizada, porém ainda está sendo estudada a viabilidade dos dois últimos. O setor industrial também se encontra desorganizado, com significativo nível de competição por preços. Quanto à diversificação da produção, no Piauí, observa-se que apenas duas empresas fazem economia de escopo, uma associa a produção de cera de carnaúba à de castanha de caju, e a outra, à cera de abelha.

Ambiente Institucional e Tecnológico

Tanto o pó quanto a cera de carnaúba são contemplados com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) nas suas modalidades convencional e mais recentemente, em 2010, a subvencional voltada para produtos da sociobiodiversidade, efetivada por dois mecanismos Aquisições do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF), elaborada e operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em âmbito federal tem-se o apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), em 2004 foi instituído o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). O Piauí, desde 2008, tem um APL composto de oito agroindústrias agricultura/carnaúba, instaladas nos municípios de Campo Maior, Esperantina, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piri-piri e Valença do Piauí, tendo Parnaíba como cidade pólo. Quanto à preservação dos carnaubais, a lei Nº 4.854 de 10 de julho de 1996, estabelece que, cabe a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos autorizar, de acordo com a legislação vigente, desmatamentos e quaisquer outras alterações de cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada e florestas homogêneas. As diretrizes das políticas de preservação e conservação do meio ambiente são estabelecidas e reavaliadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. As empresas

exportadoras de cera recebem incentivos fiscais por parte do estado do Piauí - isenção de ICMS - por tempo determinado, sendo que a prorrogação segue até 2020. Quanto ao ambiente tecnológico, tem-se o uso da cera na indústria alimentícia para a conservação de frutas e para panificação, neste caso a cera é usada como coadjuvante de tecnologia com a finalidade de que o produto não fique aderido e seja facilmente retirado da forma. A palha da carnaubeira, usada como adubo, mostra maiores produtividade nas plantações. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) está desenvolvendo três pesquisas: uma aborda a bagana como alimentação de ovinos, a segunda objetiva a pesquisa de genótipos superiores de carnaubeira para o Nordeste e a terceira trata do desenvolvimento de tecnologias para o manejo das folhas e utilização dos frutos da carnaubeira.

Conclusão

O estado do Piauí se mantém, ao longo dos anos, como o maior produtor de pó cerífero, e o Ceará como o maior produtor de cera (origem) de carnaúba. O mercado externo da cera de carnaúba foi afetado pela crise econômica mundial de 2008. A cadeia produtiva da carnaúba conta com apoio de políticas institucionais e incentivos fiscais do estado. Os carnaubais são amparados por leis de proteção ambiental voltada à preservação dos carnaubais.

Referências Bibliográficas

ALICE-WEB. Banco de Dados. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2009.

CASTRO, A. M. G. [et al]. *Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica*. Brasília: EMBRAPA, 1998.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF. *Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba*. Relatório Final Plano de Ações Estratégicas da Bacia do Parnaíba, 2006. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2000 a 2008. Rio de Janeiro: IBGE, [2000-].

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

_____. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - SDP. *Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2>>. Acesso em: 07 out. 2009.

MENDES, F. Formação Econômica. IN: SANTANA, R. N. Monteiro (org.). *Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas*. Teresina, Halley, 1995. Cap.: III, p. 57 – 81.

QUEIROZ, T. Sob o domínio do extrativismo. IN: *Economia Piauiense da pecuária ao extrativismo*. 3 ed.rev. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 31 a 50.

PIAUI. *Legislação Ambiental do Estado do Piauí – Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente/SEMAR*. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR, 2004.

PIAUI. *Legislação de Incentivos Fiscais*. Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo, 2003. 1 CD-ROM.